

DIRETRIZES NACIONAIS DE SANEAMENTO BÁSICO: DEVERES DA ENFERMAGEM FRENTE AOS IMPACTOS NA SAÚDE PÚBLICA

Barbara Maria Ramos Gouveia¹, Maria Helloysa Herculano Pereira de Oliveira Araujo²; Milécyo de Lima Silva³

1. *Graduanda de Enfermagem/ Faculdade Mauricio de Nassau Campus Campina Grande, barbara2309ramos@gmail.com*
2. *Graduanda de Enfermagem/ Faculdade Mauricio de Nassau Campus Campina Grande, mh.herculano@gmail.com*
3. *Mestre em Educação para o Ensino na Área de Saúde pela Faculdade Pernambucana de Saúde – FPS, Milecyo_lima@hotmail.com.*

RESUMO: A Lei federal nº 11.445/07 estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico, sendo importante para enfermagem conhecer o escopo dessa Lei e quais os impactos na saúde pública ocasionados pelo seu descumprimento, em detrimento de seu papel decisivo e proativo na atenção primária. Objetiva-se descrever como o descumprimento da Lei nº 11.445 afeta a saúde pública brasileira e qual o papel da enfermagem mediante a exposição de fatores de risco e morbidade da população ocasionada por essa realidade. Trata-se de uma revisão integrativa cujo levantamento bibliográfico se realizou na SciELO, os seguintes descritores específicos foram utilizados: “saneamento básico” e “saúde pública”. Os artigos contendo os descritores identificáveis foram selecionados inicialmente pelo título, os que atendiam a temática proposta tiveram seus resumos lidos, escolhendo-se apenas aqueles que atenderam a todos os critérios estabelecidos. Após a seleção 07 trabalhos científicos compõe a amostra a ser discutida nessa revisão. Destes, 02 especificam a Lei nº 11.445; 02 discorrem sobre o saneamento básico no Brasil; 02 explanam os impactos que a falta de saneamento exerce na saúde da coletividade e 01 expõe o papel do enfermeiro frente a essa condição social. Conclui-se que o proposto pela Lei 11.445 não condiz com a realidade, existindo brasileiros que se encontram a mercê da insalubridade ambiental ocasionada pela escassez de saneamento básico, acarretando no surgimento de uma série de doenças infecciosas. Diante dessa realidade a enfermagem possui o papel de educador em saúde, exercendo seu papel frente à preservação ambiental e promoção de qualidade de vida.

PALAVRAS-CHAVE: Saneamento Básico; Saúde pública; Enfermagem.

INTRODUÇÃO: O termo saneamento refere-se a medidas desenvolvidas com o intuito de controlar os fatores do meio físico que exercem ou podem exercer efeitos nocivos sobre a saúde, caracterizando-se pela necessidade de alcançar a salubridade ambiental. O saneamento básico insere-se nesse conceito, restringindo-se a atividades relacionadas ao abastecimento de água; coleta, tratamento e disposição de águas

residuárias; acondicionamento, coleta e transporte dos resíduos sólidos; englobando, ainda, a coleta de águas pluviais e controle de empoçamentos e inundações (GONDIM et. al.; 2009).

Em locais com saneamento básico ineficaz ocorre a disseminação de doenças veiculadas por detritos na forma de esgotos e lixo, além de moléstias cujos vetores se desenvolvem em ambientes insalubres como é

o caso da leptospirose que se relaciona a roedores, ao mesmo tempo, essa prática afeta os recursos ambientais que passam a ser contaminados e impróprios para consumo humano. (RIBEIRO & ROOKE, 2010). No Brasil, segundo dados de 2013 disponibilizados pelo Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS), ocorrem cerca de 340 mil internações por doenças infecciosas associadas à falta de saneamento, com mais de 2 mil mortes, esses dados acarretam em gastos econômicos com saúde pública, comprometem a produtividade do trabalhador e possuem efeito expressivo no rendimento escolar, impossibilitando uma aceleração do desenvolvimento humano no Brasil (CEBDS, 2014; GUIMARÃES, 2007).

Os serviços abrangidos pelo conceito de saneamento básico possuem sua regulação, mediante disciplina específica, principalmente, na Lei federal nº 11.445/07 que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico, sendo importante para um profissional da saúde conhecer o escopo dessa Lei e quais os impactos ocasionados pelo seu descumprimento, principalmente quando essa categoria está presente de maneira efetiva na atenção primária como é o caso da enfermagem (HOHMANN, 2012; BACKES et. al., 2012).

Nesse sentido cabe ao enfermeiro através da educação em saúde disponibilizar alternativas para obstaculizar a transmissão de doenças relacionadas às causas anteriormente citadas, possibilitando a inserção de novos hábitos no cotidiano das comunidades afetadas. Essa prática só será possível mediante atuação ativa dessa categoria na Estratégia de Saúde da Família em que ocorre, dentre outras atividades, a identificação das situações de riscos na qual a população está exposta sendo realizada a assistência individual e às famílias (SILVA et. al., 2010).

Com isso justifica-se este artigo, que pretende descrever como o descumprimento da Lei nº 11.445 de diretrizes nacionais para o saneamento básico afeta negativamente a saúde pública brasileira e qual o papel da enfermagem mediante a exposição a fatores de risco e morbidade da população ocasionada por essa realidade.

METODOLOGIA: Trata-se de uma revisão integrativa, a qual permitiu identificar, analisar e sintetizar resultados de estudos independentes sobre a problemática averiguada.

A revisão integrativa é uma abordagem metodológica ampla em que é permitida a inclusão de estudos experimentais, não-experimentais, dados da literatura teórica e empírica, além de

incorporar um vasto leque de propósitos: definição de conceitos, análise de problemas metodológicos de um tópico particular, revisão de teorias e evidências. Sendo possível reunir e sintetizar resultados de pesquisas de maneira sistemática e ordenada (MENDES et. al., 2008; SOUZA et. al., 2010).

A coleta de dados realizou-se na *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), por apresentar maior acervo sobre a temática avaliada. Foram utilizados os seguintes descritores específicos: “saneamento básico” e “saúde pública”, sendo aplicado o operador lógico “AND”.

Os critérios de inclusão definidos para a seleção dos artigos revisados foram: trabalhos com texto na íntegra que exponham como a falta de saneamento básico interfere na saúde e/ou discorram sobre o descumprimento e regularização da lei nº 11.445; estudos publicados no período de 2007, ano em que a lei avaliada entra em vigor, até o primeiro trimestre de 2016. Já o critério de exclusão estabelecido se constitui em: estudos que não sejam realizados no Brasil, a fim de, sintetizar informações que corroborem com a realidade nacional.

Os artigos contendo os descritores identificáveis foram selecionados inicialmente pelo título, os que atendiam a temática proposta tiveram seus resumos lidos,

escolhendo-se apenas aqueles que atenderam a todos os critérios estabelecidos.

Também será avaliado o escopo da Lei nº 11.445/ 2007, mediante a necessidade de se estabelecer uma análise condizente com a mesma.

RESULTADOS E DISCUSSÕES: Após a pesquisa com os descritores 97 publicações representaram o universo total pesquisado, no entanto, ao aplicar os critérios de inclusão e exclusão, esse número foi redimensionado para 07 trabalhos científicos, essa amostra é composta de 01 Trabalho de Conclusão de Curso (RIBEIRO & ROOKE, 2010) e 06 artigos (LEONETI et. al., 2011; AZEREDO et. al., 2007; JUNIOR & PAGANINI, 2009; HOHMANN, 2012; BORJA, 2014; GONDIM et. al., 2009). Destes, 02 (HOHMANN, 2012; JUNIOR & PAGANINI, 2009) falam especificamente da Lei nº 11.445; 02 (LEONETI et. al., 2011; AZEREDO et. al., 2007) discorrem sobre o saneamento básico no Brasil; 02 (BORJA, 2014; RIBEIRO, 2010) explanam acerca da saúde pública mediante a falta de infraestrutura favorável ao saneamento básico e 01 (GONDIM et. al., 2009) expõe o papel do enfermeiro frente a essa condição social, informações gerais desses artigos são expostas no APÊNDICE A.

O levantamento bibliográfico revelou que: É nítida na Lei nº 11.445 a preocupação

com a universalização dos serviços de saneamento (HOHMANN, 2012); Em função das características físicas, econômicas e institucionais do setor de água e esgoto, será bastante complexo o estabelecimento efetivo dessa atividade conforme os princípios da lei no 11.445/2007 (JUNIOR & PAGANINI, 2009); A incorporação de aspectos ambientais nas ações de saneamento representa um avanço significativo, em termos de legislação, mas é preciso criar condições para que os serviços de saneamento sejam implementados e sejam acessíveis a todos (RIBEIRO & ROOKE, 2010); Os investimentos em saneamento devem atender a requisitos técnicos, ambientais, sociais e econômicos, de forma a se trabalhar o conceito de desenvolvimento sustentável (LEONETI et. al., 2011); A visita domiciliária é um eficaz instrumento de intervenção dos profissionais de saúde, especialmente a equipe de enfermagem, pois possibilita o conhecimento das reais condições sócio-ambientais e de moradia da população (GONDIM et. al., 2009; AZEREDO et. al., 2007).

CONCLUSÃO: Conclui-se que o proposto pela Lei Federal nº 11. 445 não é condizente com a realidade, existindo uma parcela significativa de brasileiros que se encontram a mercê da insalubridade ambiental ocasionada pela escassez de saneamento básico,

acarretando no surgimento de uma série de doenças infecciosas que tem impacto direto na saúde pública.

Mediante essa realidade a enfermagem possui o papel de educador em saúde tornando-se um multiplicador de informações, mas também atuando ativamente na assistência daqueles que já foram afetados por morbidades e na prática profilática através da vacinação infantil, como é o caso da vacina oral de rotavírus humano, exercendo seu papel frente à preservação ambiental e promoção de qualidade de vida.

Contrapondo-se a essa perspectiva é evidenciada a falta de ações educativas específicas que englobem a saúde, o cuidado humano e o meio ambiente, assim como número restrito de produções científicas que discorram sobre as ações da equipe de enfermagem na participação das decisões e implantações de normas que regulamentem os sistemas de saneamento básico indicando a inoperância dessa categoria nesse setor.

Entretanto, acreditamos que as atividades desenvolvidas pelas equipes da Estratégia de Saúde da Família abrem caminhos para identificação e dissolução de diversos problemas de saúde. Dessa maneira, a conscientização dos profissionais de enfermagem acerca da sua relevância e dos impactos que a deficiência de saneamento pode ocasionar na vivência de uma

comunidade possibilitara subsídio teórico para serem executadas ações que colaborem com a qualidade de vida das populações que residem em áreas carentes e sem infraestrutura adequada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEREDO, Catarina M.; et. al. Avaliação das condições de habitação e saneamento: a importância da visita domiciliar no contexto do Programa de Saúde da Família. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 12, n. 3, p.743-753. 2007.

BACKES, Dirce S.; et. al. O papel profissional do enfermeiro no Sistema Único de Saúde: da saúde comunitária à estratégia de saúde da família. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 17, n. 1, p. 223-230, 2012.

BORJA, Patrícia C. Política pública de saneamento básico: uma análise da recente experiência brasileira. *Saúde Soc. São Paulo*, v.23, n.2, p. 432-447, 2014.

CEBDS. Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável. Benefícios econômicos da expansão do saneamento. Março de 2014. Disponível em: http://cebds.org/wp-content/uploads/2014/03/Relatorio_Beneficios-Economicos-do-Saneamento.pdf. Acesso em 29 de abril de 2016.

GONDIM, Marianna C. S. M.; et. al. Assistência à saúde frente ao saneamento básico: repercussões na prática profissional e o papel da educação em saúde. *Anais do 61º CBen*, 2009. Disponível em:<http://www.abeneventos.com.br/anais_61cben/files/00496.pdf>. Acesso em: 29 de abril de 2016.

GUIMARÃES, C. S. Saneamento básico. Agosto de 2007. Disponível em: <http://www.ufrj.br/institutos/it/deng/leonardo/downloads/APOSTILA/Apostila%20IT%20179/Cap%201.pdf>. Acesso em: 30 de abril de 2016.

HOHMANN, Ana Carolina C. Regulação e Saneamento na Lei Federal nº 11.445/07. *Revista Jurídica da Procuradoria Geral do Estado do Paraná*, n. 3, p. 211-244, 2012.

JUNIOR, Alceu C. G.; PAGANINI, Wanderley S. Aspectos conceituais da regulação dos serviços de água e esgoto no Brasil. *Eng Sanit Ambient*, v.14, n.1, p. 79-88, jan./mar. 2009.

LEONETI, Alexandre Bevilacqua; et. al. Saneamento básico no Brasil: considerações sobre investimentos e sustentabilidade para o século XXI. *Revista de Administração Pública*, v. 45, n. 2, p. 331-48. mar./abr. 2011.

MENDES, Karina D.S.; et. al. Revisão integrativa: método de pesquisa para a

incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. *Texto Contexto Enferm*, v. 17, n. 4, p. 758- 64. out./dez. 2008.

RIBEIRO, Júlia W.; ROOKE, Juliana Maria S. Saneamento básico e sua relação com o meio ambiente e a saúde pública. Trabalho de Conclusão de Curso - UFJF, 2010.

SOUZA, Marcela Tavares; et. al. Revisão integrativa: o que é e como fazer. *Einstein*, v. 8, n. 1, p. 102-6. 2010.

APÊNDICE A: Quadro sinóptico com informações gerais dos artigos revisados.

TÍTULO	1º AUTOR	ANO DE PUBLICAÇÃO	OBJETIVO PRINCIPAL
Regulação e Saneamento na Lei Federal nº 11.445/07	HOHMANN, Ana Carolina C.	2012	Analisar o marco regulatório do saneamento básico instituído pela Lei federal nº 11.445/07.
Aspectos conceituais da regulação dos serviços de água e esgoto no Brasil	JUNIOR, Alceu de Castro Galvão	2009	Apresentar os aspectos conceituais da regulação da prestação dos serviços de água e esgoto no Brasil e analisar de forma comparativa essa regulação com a de outros setores da infraestrutura.
Saneamento básico no Brasil: considerações sobre investimentos e sustentabilidade para o século XXI	LEONETI, Alexandre Bevilacqua	2011	Verificar como foram realizados os investimentos em saneamento básico no Brasil, com ênfase no tratamento de esgoto, e discutir como estão sendo disponibilizados os recursos para atender aos aspectos legais aos quais se submetem os municípios neste início de século.
Avaliação das condições de habitação e saneamento: a importância da visita domiciliar no contexto do Programa de Saúde da Família	AZEREDO, Catarina Machado	2011	Avaliar, através de visitas domiciliares, as condições habitacionais e de saneamento básico das famílias adstritas no PSF de Teixeiras-MG
Política pública de saneamento básico: uma análise da recente experiência brasileira	BORJA, Patrícia Campos	2014	Discutir a recente política de saneamento básico no Brasil, com foco nas relações entre Estado, políticas públicas
Saneamento básico e sua relação com o meio ambiente e a saúde pública	RIBEIRO, Júlia Werneck	2010	Estudar a relação dos serviços de saneamento com o meio ambiente e com a saúde pública, constituindo-se em ponto de partida para estudos mais aprofundados sobre o tema.
Assistência à saúde frente ao saneamento básico: repercussões na prática profissional e o papel da educação em saúde	GONDIM, Marianna Cristina Sizenando Maia	2009	Conhecer a atuação e contribuição dos profissionais de saúde no cenário do saneamento básico.

Fontes: Autores, 2016.

(83) 3322.3222

contato@conbracis.com.br

www.conbracis.com.br